

Biocultural Diversity Conservancy: encontrando caminhos para retribuir às comunidades

Dr. Gazi Islam¹

Nos últimos meses de 2011, a Biocultural Diversity Conservancy, ou BDC, passava por um momento crítico. A diretora da organização, Cassandra Quave, tinha que decidir se o modelo adotado era uma forma sustentável de disseminar os benefícios da pesquisa científica entre os agentes comunitários. A inovação científica poderia representar uma importante fonte de renda para comunidades carentes, mas a construção de um modelo viável envolvia questões profundas sobre formação institucional, ética e incentivos econômicos.

A Dra. Quave, uma etnobióloga, havia passado seus anos de doutorado, em meados da década de 2000, trabalhando na Itália com comunidades locais, estudando como elas usavam plantas em rituais religiosos e também para a saúde. De volta a seu laboratório nos Estados Unidos, esse conhecimento teria valor tanto científico quanto econômico. Enquanto desenvolvia e fortalecia seus laços com as pequenas comunidades italianas, ela conseguiu identificar, no laboratório, compostos de plantas locais que poderiam combater infecções por *Staphylococcus aureus*, uma descoberta com potencial para salvar vidas, se pudesse ser

¹ Caso desenvolvido pelo Dr. Gazi Islam, Professor Adjunto do Insper. Este estudo de caso tem o único propósito de subsidiar discussão em sala de aula e não se propõe a expressar opiniões acerca de eficácia ou ineficácia de gestão ou a servir como fonte primária de dados.

transformada num novo produto farmacêutico. A Dra. Quave teve a ideia de usar esses compostos como agentes antibacterianos em equipamentos médicos para reduzir a incidência de infecções. Passando do campo para o laboratório, ela começou a trabalhar nas aplicações que levariam à criação da Phytotek, uma empresa de biotecnologia para fabricação e comercialização do produto “salva-vidas”.

O sucesso desse potencial produto poderia gerar benefícios econômicos significativos para a Phytotek, que não seria legalmente obrigada a repassá-los às comunidades italianas. Mas a ética de pesquisa e desenvolvimento sugeria que a partilha dos lucros era a melhor alternativa. Sem seus laços estreitos com a comunidade e sua capacidade de combinar os métodos de laboratório com o conhecimento profundo da sabedoria e das práticas locais, a Dra. Quave não teria feito essa descoberta científica. Ela reconhecia que, como grande parte da ciência, seu trabalho dependia de um conhecimento cultural que acumulava esforços colaborativos de várias gerações. Em apreciação ao apoio que ela recebera e em conformidade com as normas éticas profissionais de sua área, a Dra. Quave estava preparada para “retribuir” à comunidade em que sua pesquisa surgiu, garantindo que ela beneficiasse aqueles que possibilitaram sua existência.

Dilemas da retribuição e o nascimento da BDC

Na prática, porém, a Dra. Quave estava sendo confrontada com uma série de questões difíceis. Na condição de empregadora, sua universidade conduzia o processo de patenteamento, de modo que ela não tinha controle total sobre os benefícios de sua pesquisa. Já que as organizações não podiam ser legalmente nomeadas inventoras, a etnobióloga seria registrada individualmente como inventora e receberia *royalties* de todos os lucros de uma droga comercializável. Além disso, na Cúpula da Terra de 1992 (ECO-92), os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica assumiram a obrigação de retribuir aos países de origem em situações como essa. No entanto, como pesquisadora com base nos EUA, a Dra. Quave não estava sujeita a esses regulamentos, pois os Estados Unidos não haviam assinado o tratado. Assim, ela não tinha recursos legais para dotar parte dos lucros à comunidade local. Nesse contexto, qualquer dotação teria que ser baseada em valores, não em regulamentos.

Além disso, mesmo que os benefícios estivessem disponíveis, muitas questões persistiam. Quem exatamente formava a comunidade de sua pesquisa? O que exatamente caracterizava a “retribuição”? Se, como é frequentemente o caso, a proteção da patente dessas inovações estivesse fora da alçada dos cientistas, como eles poderiam garantir que as comunidades locais receberiam o que lhe era devido?

Tais questões levaram a Dra. Quave a pensar: “Se eu estou enfrentando esses problemas, deve haver muitos outros pesquisadores em situação semelhante.” Embora ansiosa para retribuir, ela não conhecia nenhum mecanismo pelo qual isso pudesse ser feito. Esse dilema a levou a fundar a BDC, uma organização sem fins lucrativos formada para estabelecer um

veículo para a partilha equitativa dos benefícios com comunidades locais e grupos indígenas. Pela colaboração com cientistas, esses grupos formam uma base para a pesquisa universitária. O conhecimento que proporcionam é muitas vezes transformado em propriedade intelectual, levando à descoberta de produtos comercializáveis e patentes de inovações. O objetivo da BDC era servir como plataforma para a partilha dos lucros do conhecimento científico proveniente de comunidades locais.

No final de 2011, a BDC estava em seus estágios iniciais, dirigida por um conselho constituído por acadêmicos das ciências biológicas. Em julho de 2011, o grupo se reuniu durante um encontro da Sociedade de Botânica Econômica para discutir seu progresso e mapear sua missão e estratégia. Quando começaram a projetar o futuro da organização, os membros discutiram questões importantes sobre como eles convenceriam os cientistas a apoiarem sua doação e como ela poderia ser estruturada para beneficiar suas circunscrições.

Inovação e partilha de conhecimento biocultural

Por muito tempo, os especialistas em ciências naturais usaram conhecimentos de comunidades locais como base para descobertas científicas em medicina, antropologia e biologia. Muitas vezes, as populações locais conhecem profundamente a ecologia de seu ambiente, incluindo informações sobre diferentes fontes de alimentos, compostos medicinais e outras características importantes de seus arredores. Por exemplo, produtos anticancerígenos como o Paclitaxel foram desenvolvidos a partir de uma árvore conhecida por índios do noroeste dos EUA, enquanto o Digitalis, um medicamento importante para pressão arterial, surgiu da sabedoria popular inglesa. Tais produtos geralmente dependem não só do conhecimento da planta em si, mas também dos complexos rituais culturais (Figura 1 – lista de medicamentos importantes provenientes de comunidades locais). No caso de plantas medicinais, por exemplo, muitas são ineficazes como remédios quando usadas isoladamente mas, em combinação, podem gerar interações químicas com aplicações úteis para humanos. Embora aos cientistas naturais a descoberta de tais combinações possa parecer como encontrar uma agulha no palheiro, as soluções (ou partes de soluções) para esses problemas podem já ter sido descobertas por populações locais em muitos anos de tentativa e erro e codificadas em sua sabedoria popular, rituais religiosos e mitologias. Remédios caseiros podem ser formas abreviadas de especificar compostos clinicamente úteis que poderiam, em princípio, ser fabricados industrialmente como drogas importantes e inovadoras com outras aplicações para as populações externas à comunidade local. Além de beneficiar as empresas que fabricam os produtos, esse conhecimento constitui uma importante fonte de progresso na solução de grandes problemas sociais. Por exemplo, tratamentos importantes contra o câncer derivaram da vinca mexicana (*Catharanthus roseus*), enquanto o trabalho com a árvore *Homalanthus nutans*, em Samoa Ocidental, levou ao desenvolvimento do prostratin, um tratamento importante contra o HIV (Figura 2 – número de patentes com base em produtos naturais).

No entanto, nem sempre é fácil a relação entre o estudo científico do conhecimento local, a produção industrial de produtos patenteáveis – e comercializáveis – e as comunidades cuja

cultura originou esse conhecimento. Há muitos casos registrados em que a bioprospecção levou a patentes lucrativas para empresas, enquanto as populações locais receberam pouco ou nenhum benefício dos produtos resultantes. Em alguns casos, a prospecção pode até mesmo prejudicar as comunidades locais, acabando com potenciais fontes de renda, nos casos em que membros da comunidade decidem patentear esses produtos por conta própria. Por exemplo, até ser posteriormente revogada, uma patente concedida à Universidade do Mississippi tinha dado a ela o direito exclusivo de usar o turmerico (*Curcuma longa*) para curar feridas, uma prática tradicional da medicina indiana Ayurvédica, dando ao titular da patente o poder legal de impedir a continuidade dessa tradição.

O risco de o conhecimento local ficar “preso” é um forte desestímulo para muitas comunidades permitirem acesso a pesquisadores. Se as comunidades não permitirem pesquisa, elas podem prosperar a partir do desenvolvimento de seu próprio conhecimento cultural, enquanto os pesquisadores seriam proibidos de descobrir, testar e comercializar produtos inovadores. Nessas situações, a sociedade como um todo perde uma oportunidade de inovação. Além disso, se o conhecimento local não for codificado de modo a ficar registrado para a posteridade – como o faz a pesquisa científica –, a perda do conhecimento é uma ameaça constante, dado que grupos desaparecem, desistem de suas tradições populares em processos de “modernização” ou substituição por remédios “científicos”, conforme a globalização abre fronteiras entre as comunidades. Uma vez perdido, esse conhecimento pode desaparecer para sempre.

Parece que manter o conhecimento útil é interesse de todos, mas isso só é viável em casos em que há garantias de proteção dos agentes locais e normas profissionais rígidas para garantir que os benefícios da pesquisa científica sejam compartilhados de forma igualitária entre as partes envolvidas (Figura 3 – textos de associações profissionais). Por exemplo, a Sociedade Internacional de Etnobiologia (ISE) salienta que a compensação a curto e longo prazo deve ocorrer “de formas culturalmente adequadas e coerentes com os desejos das comunidades envolvidas”.

Os códigos da Sociedade de Botânica Econômica (SEB) afirmam que os pesquisadores “definirão com os empregadores uma compensação econômica equitativa para aqueles que forneceram as informações e/ou plantas e farão tudo ao seu alcance para assegurar que a compensação seja paga”. A Associação Americana de Antropologia (AAA) afirma que “[os antropólogos] devem reconhecer sua dívida para com as sociedades em que trabalham e seu dever de retribuir às pessoas estudadas de formas adequadas”.

Essas são normas de associações profissionais individuais que, no entanto, têm sua inspiração em movimentos sociais mais amplos. Por exemplo, a Cúpula da Terra de 1992 (ECO-92), no Rio de Janeiro, estabeleceu a Convenção sobre a Diversidade Biológica, um tratado cujos três princípios fundamentais incluem a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm de recursos biológicos. Esse princípio tornou-se um modelo para a criação das normas de associações profissionais particulares e, como tal, representa uma regra geral para

todas as disciplinas. Assim, as expectativas de pesquisa das associações profissionais são baseadas em conjuntos de normas sociais mais amplos e ligadas a movimentos sociais mais abrangentes. Além disso, o Instituto Nacional de Saúde (NIH), dos EUA, estabelece normas para pesquisas com seres humanos que envolvem questões éticas como consentimento esclarecido, divulgação dos resultados e outras formas de proteção das populações-alvo, e essas normas têm reflexo direto nos códigos profissionais.

A BDC – uma plataforma para a partilha dos lucros nas comunidades

O que Cassandra Quave esperava para sua própria pesquisa era algum tipo de mecanismo institucional padronizado que a ajudasse, assim como a outros pesquisadores, a compartilhar mais facilmente os benefícios de seu conhecimento. A expectativa profissional de retribuir às comunidades, combinada com as complicações envolvidas na avaliação, caso a caso, das melhores formas de retribuir tornava o cumprimento das normas profissionais quase impossível para ela. Sensível a esse problema, a Dra. Quave decidiu fundar a BDC, como uma interface para permitir que os pesquisadores contribuíssem com as comunidades que apoiaram suas pesquisas. Embora o precursor imediato da ideia da BDC tenha sido a necessidade de encontrar uma forma de compartilhar a renda da Phytotek, a Dra. Quave acreditava que muitos outros pesquisadores enfrentassem o mesmo tipo de problema. Se a ideia desse certo, uma plataforma como a BDC poderia se tornar um ponto central de convergência de cientistas de várias áreas e proporcionaria um recurso importante para a comunidade científica em geral. Mas a organização teria que ser suficientemente sólida para lidar com diferentes tipos de benefícios de produto, bem como com diferentes comunidades de pesquisa e universidades e com o setor privado.

Para isso, duas questões principais tinham que ser analisadas: 1) Como a BDC poderia receber verbas de diferentes fontes de produção de pesquisa e alocá-las eficientemente nas circunscrições corretas das comunidades de origem? e 2) Como a BDC poderia se tornar conhecida entre os cientistas de diversas áreas como uma instituição legítima, ganhando e mantendo credibilidade e integrando uma ampla gama de soluções para se tornar um padrão institucional?

Recebimento e alocação de recursos

A Dra. Quave e sua equipe de diretores enfrentaram um problema inicial ao discutir a estrutura de doações comunitárias. Os pesquisadores com quem o grupo ia lidar se movimentavam cada vez mais. A propriedade de suas descobertas e os vários produtos que se originavam delas estavam muitas vezes nas mãos de terceiros, com múltiplas reivindicações e, às vezes concorrentes, pelo seu controle. Como, pela lei dos EUA, apenas pessoas físicas – e não jurídicas – podem ser nomeadas “inventoras”, a criação de um “inventor” sem fins lucrativos era inviável. Portanto, as doações teriam que vir de inventores individuais que, geralmente, tinham vínculos com universidades. Entretanto, quase todas as universidades estadunidenses também reivindicam direitos de propriedade sobre as descobertas e pedem a revelação das descobertas que possam levar a patentes

comercializáveis. Como a expectativa de doação comunitária é uma norma profissional aplicável a pesquisadores individuais, as universidades geralmente não têm políticas equivalentes. Assim, os *royalties* de universidades representariam um corte inicial do grupo potencial de verbas.

Além disso, quando as comunidades questionassem a BDS, a Dra. Quave e seus colegas precisariam explicar a elas o longo e árduo processo que poderia ou não levar ao lucro. A produção comercializável de um produto que tinha, inicialmente, base em campo poderia levar de 10 a 15 anos, em muitos casos, e, nesse tempo, muitos aspectos tanto da comunidade quanto do *status* do pesquisador envolvidos poderiam mudar. Por exemplo, um aluno de doutorado fazendo trabalho de campo para sua tese pode terminar seu curso e ocupar diversos cargos universitários diferentes nesse período. Depois de a pesquisa básica se realizar na universidade, o produto médico final pode ser desenvolvido e testado por empresas privadas do setor farmacêutico. A divisão equitativa de quem deve retribuir a quem é difícil. Embora a BDC trabalhasse essencialmente com doações individuais de pesquisadores para ajudá-los a cumprir suas obrigações éticas profissionais, essa complexa rede de reivindicações poderia dificultar a especificação do que essas obrigações de fato representam. Essa confusão poderia desestimular as doações à BDC, já que a obrigação para tal era bem pouco clara.

Em terceiro lugar, presumindo que a BDC recebesse verbas de pesquisadores para alocar como benefícios a comunidades, como definir exatamente quais “comunidades” e quem deve receber o dinheiro? No caso da Dra. Quave, o vilarejo local tinha um “centro cultural” designado para cuidar das questões comunitárias; então, essa não era uma questão pungente, mas, em muitos casos, as comunidades que fornecem o conhecimento não coincidem com o governo local ou as populações municipais e podem até ser contra programas governamentais, como no caso de grupos indígenas que lutam contra projetos de “modernização”. Nesses casos, não seria apropriado dar a verba ao governo municipal, mas também seria questionável dá-la a famílias ou a pessoas específicas, pois, involuntariamente, isso poderia criar desigualdades e desequilíbrios nas relações de poder e política locais.

Da mesma forma, até que ponto a BDC deveria ter o direito de se pronunciar sobre os usos da verba pela comunidade? Presumindo que a organização era estruturada como um organismo de doação sem fins lucrativos, ela daria verbas apenas para preservação cultural? Se uma comunidade precisasse construir uma estrada ou uma escola, mesmo que isso fosse prejudicial aos costumes tradicionais e às estruturas de conhecimento, negar verbas por essa razão poderia ser uma ação demasiadamente paternalista. Ainda que as discussões iniciais entre os diretores da BDC enfatizassem a necessidade de não se envolverem tanto nas decisões e de recorrerem a comitês de avaliação externos para manter a objetividade, deveria haver limites para os tipos de atividades financiadas.

Tornando-se o padrão da indústria

Na reunião da Sociedade de Botânica Econômica, a BDC discutiu seu futuro. Uma vez que o grupo tinha formulado um modelo flexível e eficaz para estabelecer contatos na comunidade, avaliar propostas e alocar benefícios, teria que encontrar formas de ampliar suas operações para ganhar legitimidade entre os diversos constituintes científicos multidisciplinares que usariam o serviço. Discutiram se a BDC deveria se esforçar para ser “o” padrão profissional de alocação de recursos a comunidades ou se ela poderia coexistir com uma variedade de formas menores e mais informais de retribuição dos cientistas. Por um lado, uma única instituição profissional para lidar com questões de retribuição poderia garantir que as comunidades realmente recebessem compensação justa por seu conhecimento; por meio de um acordo sobre formas objetivas e transparentes de demonstrar e medir as doações, a BDC poderia definir as expectativas entre pesquisadores, que se sentiriam mais pressionados a cumprir com seus deveres éticos. Por outro lado, como cada comunidade é diferente e como o agente mais próximo à comunidade é provavelmente o próprio pesquisador, há argumentos a favor da descentralização. Além disso, como há vários grupos profissionais diferentes envolvidos nesse tipo de pesquisa, definir um único padrão profissional poderia ser difícil.

Como disse na reunião um dos diretores da BDC, devido ao fato de os EUA permanecerem fora da Convenção sobre a Diversidade Biológica, não havia nem pressão regulatória, nem motivo de lucro direto para os pesquisadores usarem a BDC. Assim, o motivo para participar envolvia essencialmente uma pressão moral e social exercida por redes profissionais colegiadas em que pesquisadores construíam sua reputação e identidade profissional. Assim, manter um elo forte com essas redes não era uma questão menor, mas o próprio motor por trás da eficácia potencial da BDC. Para manter a integridade desse elo, talvez a BDC devesse se alinhar com uma única organização profissional. Por outro lado, devido à similaridade do conteúdo dos padrões éticos das associações e ao fato de que muitos pesquisadores pertencem a várias organizações, o foco mais amplo poderia ser garantido. No fim das contas, definir o escopo da BDC envolvia o desenvolvimento de uma compreensão do nível em que a maioria dos pesquisadores que usam conhecimento comunitário se identificava e como melhor exercer pressão normativa informal nesse nível.

Pontos de discussão

Sob a direção da Dra. Quave, a BDC dava os primeiros passos da negociação sobre a complexa relação entre os laboratórios universitários de pesquisa, que são cada vez mais movidos por patentes e lucros, e um conjunto de normas acadêmicas que enfatizam a administração social e a retribuição às comunidades. Como um novo modelo ainda não testado, a BDC enfrentava muitos problemas não resolvidos e precisava tomar muitas decisões na tentativa de encontrar algum tipo de estrutura institucional e organizacional sem fins lucrativos para promover a sustentabilidade. Apesar de tentar promover o bem-estar social, ela não tinha o poder regulatório do Estado e, por isso, não podia obrigar cientistas e universidades a seguirem suas políticas. Ainda que a iniciativa pudesse levar a um aumento

da confiança das comunidades nos pesquisadores, ela não poderia prometer retornos de mercado imediatos para os centros de pesquisa que buscam lucros e, de fato, a curto prazo, representaria perda de receita para aqueles que escolhessem se associar. Assim, sem a obrigação ou o incentivo de mercado, a organização dependia de redes preexistentes de normas e padrões profissionais para conseguir a partilha voluntária de lucros.

A BDC enfrentava desafios e dificuldades operacionais que são de natureza mais fundamental. Do lado operacional, uma vasta gama de soluções deveria ser encontrada antes que a BDC pudesse funcionar como uma fonte confiável de doação comunitária. Por questões de simplicidade, idealmente, a BDC teria alguns procedimentos-padrão de retribuição, incluindo procedimentos para especificar quem deveria receber quanto, de que forma e quando. No entanto, cada projeto de pesquisa tem níveis e tipos diferentes de benefícios, advindos de diferentes membros de comunidades que às vezes são coesas e com fronteiras facilmente especificáveis, mas, outras vezes, divididas e contenciosas. Nesse contexto, será que a BDC deveria trabalhar com um único modelo ou “improvisar” mais, fazendo auditorias de solicitações de doação caso a caso, ou ainda atuar mais como um tipo de instituição de credenciamento ao conceder seu “selo de aprovação” sem se envolver em doações diretas?

No entanto, as questões com que a BDC tinha que lidar eram mais profundas do que esses problemas operacionais. Como já dito, para atrair voluntários e verbas, a BDC dependia de um conjunto de normas acadêmicas profissionais a respeito da retribuição à comunidade. Como ela podia se ligar melhor a organizações acadêmicas e a associações profissionais, dado que essas associações também variavam de acordo com a área acadêmica e que existiam vários sistemas de normas profissionais? Essa busca de credibilidade institucional incomodava a Dra. Quave enquanto ela tentava construir sua organização a partir do zero. Seu objetivo final era impactar a área levando-a numa direção socialmente responsável e, ainda, estimular a ciência. Sem um plano claro, porém, parecia difícil atingir esse objetivo.

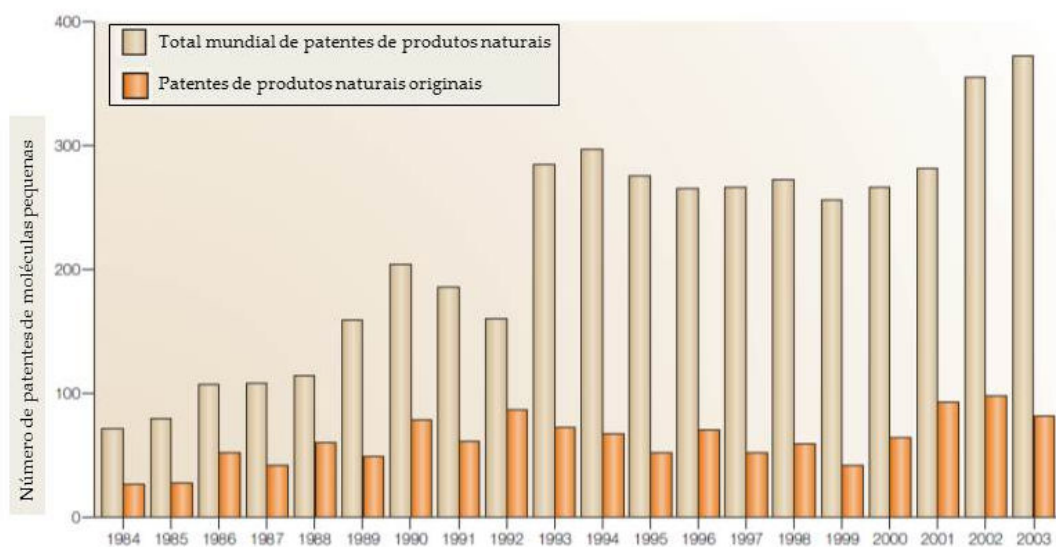
Figuras

Figura 1 – Alguns exemplos de produtos farmacêuticos derivados de conhecimento ecológico local*

Produto	Uso médico	Espécie vegetal
Ajmaline	Arritmia cardíaca	Rauvolfia
Asprin	Analgésico, inflamação	Filipendula ulmaria
Atropine	Oftalmologia	Atropa belladonna
Benzoin	Desinfetante oral	Styrax tonkinensis
Cascara	Purgante	Rhamnus purshiana
Codeine	Analgésico	Papaver somniferum
Dicourmarol	Trombose	Melilotus officinalis
Digoxin	Fibrilação atrial	Digitalis purpurea
Emetine	Disenteria amebica	Cephaelis ipecachuanha
Hyoscyamine	Anticolinérgico	Hyoscyamus niger
Noscapine	Antitussígeno	Papaver somniferum
Papain	Atenua o muco	Carica papaya
Physostigmine	Glaucoma	Physostigma venenosum
Picrotoxin	Antídoto de barbitúricos	Anamirta cocculus
Protoveratrine	Hipertensão	Veratrum album
Pseudoephedrine	Rinite	Ephedra sinica
Psoralen	Vitiligo	Psoalea corylifolia
Quinine	Profilaxia contra malária	Cinchona pubescens
Rescinnamine	Hipertensão	Rauvolfia serpentina
Scopolamine	Enjoo	Datura stramonium
Strophanthin	Insuficiência cardíaca	Strophanthus gratus
Teniposide	congestiva	Podophyllum peltatum
Vincristine	Neoplasia de bexiga	Catharanthus roseus
Xanthotoxin	Leucemia pediátrica	Ammi majus
	Vitiligo	

fonte: Adaptado de Balick, M. e Cox, P. (1997). *Plants, People and Culture: The Science of Ethnobotany*. Nova York: Scientific American Library.

Figura 2 – Patentes de produtos derivados de produtos naturais no mundo todo



* fonte: Koehn FE & Carter GT. (2005). *The Evolving Role of Natural Products in Drug Discovery*. Nature Review 4: 206-21.

Figura 3: Exemplos de responsabilidade comunitária de associações profissionais

Do Código de Ética da Associação Americana de Antropologia:

A. Responsabilidade para com as pessoas e animais com os quais pesquisadores antropólogos trabalham e cuja vida e cultura estudam.

6. Embora os antropólogos possam se beneficiar pessoalmente de seu trabalho, não devem explorar indivíduos, grupos, animais ou materiais culturais e biológicos. Devem reconhecer sua dívida para com as sociedades em que trabalham e sua obrigação de retribuir às pessoas estudadas de forma adequada.

Do Código de Ética da Sociedade de Botânica Econômica:

2. Membros da Sociedade de Botânica Econômica têm responsabilidades para com os sujeitos estudados.

A. Eles informarão clara e honestamente àqueles com quem trabalham os objetivos e as possíveis consequências de sua pesquisa. Se a pesquisa tiver objetivos comerciais, os pesquisadores deixarão isso explícito para os sujeitos estudados e revelarão quais os resultados comerciais razoavelmente esperados. B. Cumprirão todas as regras e limitações que a população local, suas comunidades ou instituições impuserem à pesquisa. Não “enganarão” pessoas para que revelem informações “secretas”. Fornecerão quaisquer relatórios ou materiais resultantes da pesquisa. C. Respeitarão qualquer solicitação e confiança depositada pelos que fornecem dados ou materiais, contanto que a manutenção de tal confiança não comprometa outras considerações éticas. D. Respeitarão o direito dos indivíduos ao anonimato e a privacidade daqueles com quem trabalham, quando isso for solicitado. E. Quando os materiais ou informações forem obtidos de pessoas que tiverem razões para esperar um retorno comercial, definirão com os empregadores uma compensação econômica equitativa para aqueles que forneceram as informações e/ou plantas e farão tudo a seu alcance para assegurar que a compensação seja paga.

Do Código de Ética da Sociedade Internacional de Etnobiologia:

12. Princípio da reciprocidade, benefício mútuo e partilha equitativa

Esse princípio reconhece que povos indígenas, sociedades tradicionais e comunidades locais têm o direito de receber parte e se beneficiar dos processos e resultados tangíveis e intangíveis que se acumulem direta ou indiretamente e a curto ou longo prazo de pesquisas etnobiológicas e atividades relacionadas que envolvem seu conhecimento e seus recursos. Benefício mútuo e partilha equitativa ocorrerão de formas culturalmente adequadas e coerentes com os desejos das comunidades envolvidas.